

**A Amazónia
vista pelo Dr. Alexandre
Rodrigues Ferreira**







ARTUR CÉSAR FERREIRA REIS
da Universidade Pontifícia do Rio de Janeiro
e do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia

**A AMAZÓNIA VISTA PELO DR. ALEXANDRE
RODRIGUES FERREIRA**



Am
911.09811
R3752

SEPARATA DO BOLETIM
DA SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA
JULHO - SETEMBRO — 1957

Biblioteca Municipal de Vila Rica
Registro: 00898
Data: 27/10/2002

A AMAZÓNIA VISTA PELO DR. ALEXANDRE RODRIGUES FERREIRA

ARTUR CÉSAR FERREIRA REIS

da Universidade Pontifícia do Rio de Janeiro
e do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia

A 21 de Outubro de 1783 fundeava no porto de Belém, vindo de Lisboa, em uma de suas viagens rotineiras, servindo ao intercâmbio mercantil entre as duas praças, a charrua «Águia Real e Coração de Jesus». No decorrer da viagem, em que se haviam gasto 51 dias, padecera a violência de um tremendo temporal, que a pusera em sério perigo.⁽¹⁾ Falara-se mesmo, na metrópole portuguesa, em que se afundara com sua preciosa carga, dela tudo se perdendo. Essa carga era realmente preciosa. Porque não a compunha apenas a mercadoria destinada ao escambo, de si importante para uma região onde se ensaiava o esforço de uma operação política de dominação e de criação de nova área de cultura lusitana. Integrava-a também um grupo de escol da inteligência e da alta administração. Referimo-nos a três ilustres figuras — Capitão General Martinho de Souza e Albuquerque, que vinha suceder na governança da Amazônia a José de Nápoles Telo de Menezes, Fidalgo da Casa Real, Cavalleiro da Ordem de Malta, Coronel de Infantaria do exército português; D. Frei Caetano Brandão, 6.º Bispo do Pará, sucessor de D. Frei João Evangelista Pereira, da Ordem da Penitência do Seráfico Padre São Francisco; e o dr. Alexandre Rodrigues Ferreira, naturalista, membro da Real Academia de Ciências de Portugal, demonstrador de história natural da Universidade de Coimbra, encarregado de uma empresa científica em que se iria revelar o espírito atilado, o pesquisador emérito, o servidor imbuido dos melhores propósitos de bem cumprir o seu dever funcional.

Martinho de Souza e Albuquerque não se destacaria como um grande governante. Faria administração tranquila. Seria um funcionário capaz, sem, porém,

(1) A viagem foi descrita por Agostinho Joaquim do Cabo, que era o jardineiro-botânico da expedição. Intitula-se «Diário da Viagem que fiz da Cidade de Lisboa para a do Pará. Ao Primeiro de Setembro de 1783». Consta do Catálogo da Exposição de História do Brasil, Anais da Biblioteca Nacional, suplemento, vol. IX. Rio, 1883. Do mesmo catálogo consta o «Diário da viagem ao Marajó e da viagem entre Belém e Barcelos», ambos da autoria do mesmo Joaquim do Cabo.

qualquer manifestação maior de relevo. Frei Caetano Brandão, ao contrário, sagrar-se-ia o maior chefe da Igreja na Amazônia no período colonial. Fundador do Hospital de Caridade, criador de um estabelecimento para órfãos, espécie de instituto profissional que prestou os maiores serviços à colectividade paraense, não se restringiria a uma permanência na capital do Bispado, às voltas com essas tarefas de magnitude. Ao contrário, preocupado com a situação de desamparo espiritual em que viviam as populações do interior, visitá-las-ia continuamente, levando-lhes a sua assistência, encorajando-as, contribuindo na medida de suas forças para que se estabilizasse a dominação portuguesa pela melhor estruturação da sociedade.

Alexandre Rodrigues Ferreira, dos três, teria, porém, a dianteira, pelo que realizou, pelo que valia como homem de ciência e como espécie humana. Pertencia à geração que se formara sem a interferência do ensino jesuítico. Fôra dos que haviam cursado a Velha Universidade no momento em que se iniciava a revolução pedagógica, determinada pelas providências de Pombal. O Reino, que se distanciara de qualquer contacto e intimidade com a reforma espiritual que vinha sacudindo a Europa, voltava agora, ou antes, procurava agora reintegrar-se no movimento de restauração cultural. Rodrigues Ferreira, justamente nesta fase, ouviu a palavra dos novos dirigentes do ensino, que perdia sua condição livresca para transformar-se num ensino mais ligado à natureza, no que ela possuía de interessante ou devia ser estudada para a solução dos grandes problemas da vida. Deixou-se conduzir pelo que mostravam como novidades sensacionais. Domingos Vandelli, que fora chamado a participar da reforma, obra estruturada por um brasileiro, D. Francisco de Lemos, serviu-lhe de guia. Possivelmente há de ter-lhe comunicado entusiasmo pelo estudo da natureza, estudo que o italiano organizava na Universidade através de um jardim botânico e dos laboratórios para as análises pertinentes. Por que Rodrigues Ferreira desde então se mostrou um enamorado das coisas do mundo em suas características físicas, deixando de ser o que vinham sendo os brasileiros da geração anterior, isto é, apenas os doutores dominados pela sabedoria das sebatas e de uma preocupação livresca inútil, quando não prejudicial pelas limitações que produzia.

O naturalista baiano vinha encontrar, na Amazônia, um campo imenso para o trabalho de indagação directa. Vinha encontrar também uma equipe de pesquisadores que estavam realizando a identificação geográfica da região, para que fosse possível fixar em definitivo a fronteira com os territórios espanhóis. Essa equipe era formada por Manoel da Gama Lobo d'Almada, Constantino de Chermont, João Batista Mardel, Ricardo Franco de Almeida Serra, Antonio Pires da Silva Pontes, José Simoens de Carvalho, Francisco José de Lacerda e Almeida, Joaquim José Ferreira, Henrique João Wilkens, Eusebio Antonio de Ribeiros, Pedro Alexandrino Pinto de Souza, José Joaquim Vitorio da Costa. Militares, professores universitários, técnicos formados nos trabalhos de campo, estavam

actuando com uma dedicação imensa, desprezando o rigor do ambiente silvestre. Muitos teriam sido contemporâneos do dr. Alexandre na Universidade. Constituíam um grupo esclarecido, que prosseguia com amor no esforço que Portugal vinha promovendo para saber a Amazônia nas suas particularidades, nas suas feições peculiares.

No caso especial do dr. Alexandre, tê-lo-famos apenas como mais um integrante da equipe ou a comissão de que estava incumbido fora imaginada como uma actividade autónoma, ou talvez complementar?

Com a «Viradeira», afastado Pombal, organizara-se novo gabinete para o governo que D. Maria iniciava com a preocupação de libertar-se do passado recente, negação imediatista de uma obra realmente grandiosa, em que pesem os desacertos que podemos apontar, evidentemente superados pelo contingente de providências sãs, através das quais tentara o Marquez a recuperação da monarquia secular. Nesse gabinete figuravam alguns que haviam servido a Pombal. Entre eles, Martinho de Melo e Castro, que recebeu a pasta dos negócios da marinha e dos domínios ultramarinos. Secretaria do império, portanto, cabia-lhe a responsabilidade de manter a estabilidade e o progresso do mundo que os soldados, os mercadores, os religiosos, os servidores públicos, os colonos, haviam construído em três séculos activos e produtivos na África, na Ásia e na América. A tarefa era das mais sérias. Porque a decadência do império não pudera ser contida. Perdia-se seiva constantemente. O que restava no Oriente ou o que se mantinha na África oferecia rendimento insignificante. O grandioso estava na Sulamérica, no Brasil, onde as virtudes da raça se afirmavam dia a dia e onde se erguia a construção monumental de uma pátria que em breve ia assegurar-se, pela vontade de seus filhos, uma condição soberana no Novo Mundo.

Martinho de Melo, consciente da gravidade da situação (pois, inclusive, já se sentia a efervescência cívica do Brasil), estadista esclarecido, que compreendera a conveniência do planeamento da recuperação pelo levantamento realístico, preliminar, do que era o império, do que ela valia, do que podia assegurar à continuidade do Reino, imaginou então uma providência sensata: o equacionamento do problema ultramarino pela identificação inicial de suas peculiaridades e sua situação actual.

Não estávamos frente apenas à sondagem científica desta ou daquela área do mundo português, mas a um empreendimento político de alto alcance, que hoje podemos apreender no seu sentido exacto e nas consequências que poderiam ter sido alcançadas se houvesse, na direcção do Estado, homens que estivessem à altura da conjuntura para aproveitar os resultados de pesquisa que se levara adiante com os melhores resultados.

Essa pesquisa cobriu inicialmente trechos da América portuguesa e da África — Cabo Verde, Moçambique e Angola. Recentemente, o professor Tavares da Silva, cujo ensaio sobre o dr. Alexandre conheço graças à gentileza do meu

amigo João Ribeiro Mendes, recordava que da mesma fase é a actividade de outras figuras esclarecidas da inteligência portuguesa, realizada por determinação oficial, em campos variados, mas evidentemente ligados à reestruturação do país, a carecer de uma nova direcção. José Bonifacio, por exemplo, era mandado percorrer a Europa a estudar técnicas e soluções que estariam sendo adoptadas no exterior e poderiam ser experimentadas em Portugal.

No caso particular do Brasil, a curiosidade científica e pragmática, talvez possamos chamar assim a essa tentativa de identificação realística que se iniciava sob tão bons auspícios com a empresa do dr. Alexandre, não se restringia ao extremo norte. Teria início pela Amazónia, é certo, mas seria estendida ao Brasil central e sul, haja em vista a obra que efectuaram Ferreira da Câmara, José de Sá Bitencourt Acioly, José Vieira Couto e Manoel de Arruda Camara, estudando a riqueza do subsolo e certas condições que marcavam a economia de Minas, de São Paulo, do Nordeste.

É conveniente, a essa altura, registrar que o interesse pela Amazónia não decorria unicamente do facto de haver ali uma ampla área que de há muito vinha sendo considerada como uma segurança para o futuro económico de Portugal, na base da exploração de seu ultramar. Portugal no momento defendia aquele imenso património territorial da cobiça de outros povos, considerando-o um mundo considerável que devia preservar seguramente pelo conhecimento pormenorizado do que possuía e do que podia proporcionar. O interesse e a execução de uma política em obediência a esse interesse estava sendo promovida com a maior desenvoltura. Há gigantesco cedulário revelador dessa orientação e desses objectivos da administração portuguesa. E por ele fica-se na certeza de que, no Reino, a Amazónia constituia um assunto preferencial quando se cogitava de assegurar à nação a sua melhor e mais rica base física e económica. Legislar-se intensamente sobre a produção vegetal e animal, procurando-se evitar a destruição daquilo que a natureza oferecia generosamente e era defendida pela acção política da preservação do espaço. Imaginara-se a estruturação de uma sociedade que, conformada ao rigorismo do meio ambiente, fosse fiel à mãe pátria, a ela ligada pelos laços de sangue, de interesse imediato e por uma tradição histórica. A mestiçagem que se processara, sob incentivos do próprio Estado, em nenhuma parte da América Portuguesa fora tão garantida ou assistida como na Amazónia. Compreendera-se que não seria possível fazer da Amazónia um espaço permanentemente português sem a existência de populações que significassem a soberania portuguesa e, mais que essa soberania, ou antes marcando efectivamente essa soberania, a vinculação humana, representada por gente de raiz lusitana, de raiz gentia americana, amalgamadas para o amor à Lusitânia distante.

Ora, a grande verdade é que se havia gasto, senão fortunas, muito dos recursos que podiam ter sido mobilizados ou investidos em outros trechos do Brasil.

Investimentos que custavam caro, e cujo rendimento não parecia sensível à importância e ao volume por que eles se apresentavam. Impunha-se, é de ver-se, o inquérito pormenorizado, sereno, exaustivo, sobre a região, nos aspectos que lhe assinalavam a paisagem física, a paisagem humana, a paisagem económica. A natureza, portanto, devia ser investigada no que representasse como valor económico, do mesmo modo que a humanidade que procurava amansar essa mesma natureza agressiva.

Quando o dr. Alexandre Rodrigues Ferreira foi chamado para que recebesse a incumbência de vir «fazer a Amazônia», não se lhe deu o encargo, já de si gigantesco, de estudar o meio físico, a natureza em estado de ser, mas, também, o que já fora efectuado como manifestação da vontade de vencer as dificuldades locais para a criação de um espaço humanizado e em condições de servir, mais rápida e activamente, aos melhores interesses da mãe pátria.

Quantos têm procurado examinar o trabalho do dr. Alexandre não consideram aquele aspecto, um tanto material e imediatista, reconhecemos, da missão de que esteve incumbido. Naturalistas, geralmente, os que se detêm na análise ou compreensão da obra do professor universitário baiano, olham-no como botânico, zoólogo, geólogo-geógrafo, etnógrafo, antropólogo. Esquecem o sociólogo, que ele foi, na fase da observação sociográfica que se vivia, como esquecem o observador político, espécie de estadista sem estado, como já se disse também de um outro eminente americano do ciclo colonial, o cubano Francisco de Arango e Parreño. Estadista sem estado, por que orientando os homens de governo, com suas análises, suas indicações, seus conselhos, suas observações que valiam como autênticos programas de administração, o dr. Alexandre, como Arango y Parreño, não dispôs de postos de governo, através dos quais lhe fosse possível passar ao campo da actuação directa executando quantas ideias havia exposto como capazes de permitir modificações na estrutura social e económica da Amazônia que ele descobria e por que se apaixonara.

As instruções baixadas ao dr. Alexandre por Martinho de Melo e Castro e comunicadas às autoridades do Pará, seja o Governador que com ele viajara, seja o antigo Capitão-General João Pereira Caldas, que chefiava a comissão de limites encarregada das demarcações com as colónias espanholas, referem-se particularmente aos encargos do naturalista: «examinar e descrever tudo o que houver nesse Estado relativo à História Natural, e em recolher e preparar o que se deve remeter a esta Córte...». Dera-se ao cientista instruções especiais. Resumiam-se, porém, no que se dizia àqueles funcionários graduados. A missão era a de um naturalista, que vinha ver o que era a região, tentando estudá-la pela colheita de todos os informes possíveis, inclusive aquele material que devia ser expedido a Lisboa, para as análises posteriores, análises serenas, tranquilas, que não poderiam ocorrer no extremo-norte na fase de pura pesquisa.

Cabe referir aqui alguma coisa que tem passado despercebido. Foi o dr. Domingos Vandelli quem indicou o dr. Alexandre. Seu antigo professor, sentira a altura do discípulo. Acusa-se o dr. Domingos Vandelli de o ter atraído posteriormente, temeroso de sua sombra. Mais, que o professor italiano não era o naturalista que pretendia ser, mas de certo modo um intrujão, invejoso do valor alheio.

Não vamos sequer esboçar a defesa do dr. Vandelli. O que queremos é lembrar, e aqui é que cabe aquela nossa referência de que isso tem sido ignorado ou não notado, é que o dr. Vandelli filiava-se à corrente dos naturalistas pragmáticos. A natureza, ele a compreendia na justa medida do que representava para a elaboração de uma pátria. Chamado a Portugal, na época da reforma universitária, do mesmo modo por que legou à Universidade os seus equipamentos e fundou o jardim botânico, que levaria ao estudo não livresco mas ao estudo de campo, no contacto com a realidade sentida, apalpada, possuída, interessou-se pela natureza do Reino e do seu ultramar no que ele valia para essa tarefa de estabilização e de garantia do futuro.

Fundara-se, obra de outro esclarecido ou afrancesado, como então se dizia, o Duque de Lafões, a Real Academia de Ciências, que tomara como modelo as Academia de Ciências de Paris, a Sociedade Real de Londres, a Academia de Berlim e a Sociedade Económica de Londres. Vandelli dela fazia parte, encabeçando a orientação pragmática que de logo começou a caracterizá-la. As «Memórias Económicas para o Adiantamento da Agricultura, das Artes e da Indústria Portuguesa», como as «Memórias de Agricultura», iniciativa dele, representavam já o esforço inicial com aquele objectivo. Portugal e o Império passavam pelo exame dos que escreviam aquelas páginas cheias de saber, nos seus problemas de ordem económica. Vandelli estudava com os companheiros a natureza no que importava directamente para a restauração do país e de seu ultramar. Uma de suas memórias referia-se à «agricultura do reino e de suas conquistas»; outra, às «produções naturais de Portugal, de que se poderia tirar utilidade»; uma terceira tratava das «produções naturais da metropole e do imperio, pouco conhecidas, ou que não eram aproveitadas».

No Arquivo Nacional, do Rio de Janeiro, há uma série interessante de memórias que escreveu sobre os mil aspectos da economia nacional, inclusive e principalmente acerca do Brasil, entre eles as sugestões para a fundação de um Banco, que é hoje nada mais nada menos que o Banco do Brasil. Em todas essas peças ressalta tal faceta do seu espírito. Vandelli não seria, portanto, o naturalista apegado aos encantos da natureza, fazendo ciência pela ciência, ciência pura, digamos melhor, mas o naturalista com o sentido do utilitário. Estaria, assim, em óptima situação, nos dias de hoje, num instituto de tecnologia, examinando a natureza para dela aproveitar quanto fosse possível retirar para o bem da humanidade.

Indicando o dr. Alexandre, o dr. Domingos Vandelli seguramente imaginou que o discípulo, que tão bem conhecia, não viria apenas extasiar-se com o mundo físico que encontraria, investigando-o para satisfazer a curiosidade dos centros de ciência. Ao contrário, viria com olhos de ver para fixar-se também no que o homem estava fazendo para aproveitar aquelas particularidades da natureza amazônica ou que deviam ser aproveitadas com o mesmo objectivo prático.

E tanto estamos certo, que a «Viagem Filosófica» constitui um vastíssimo repositório acerca do empreendimento português como tarefa de humanização da paisagem, de operação de conquista política em grande estilo. Não conhecerá a Amazônia, no seu passado sob a dominação portuguesa, quem não se detiver nas páginas daqueles descritivos admiráveis. Como nos de outras memórias que escreveu, na oportunidade, versando os assuntos da vida regional com um sentido de objectividade que são indicadores de que havia, na sua presença no extremo-norte do Brasil, uma outra intenção, que não era aquela limitada, embora imensamente grande, do estudo da natureza em ser.

Portugal precisava saber o que era a Amazônia, o que dela podia esperar, o resultado que estava sendo alcançado através da política que realizava. O dr. Alexandre, na comissão que recebeu, evidentemente veio proceder a esse inquérito político, que, décadas posteriores, outro homem de inteligência, o tenente-coronel Francisco Ricardo Zany repetiria, em missão governamental, é certo que sem os recursos culturais e a extensão e profundidade do trabalho que o dr. Alexandre efectuara.

E tanto assim foi que, logo à chegada a Belém, o dr. Alexandre procurou inventariar a realidade do arquipélago do Marajó.⁽²⁾ Estudar os campos? Saber o que representava no quadro físico regional? Não. O que o preocupou foi saber de como haviam começado os ensaios de seu aproveitamento para o creatório, quais haviam sido os primeiros fazendeiros, como se processara o desenvolvimento dos rebanhos, quais os problemas que lhes dificultavam a marcha, a política que deveria ser executada para que se estabelecesse em definitivo uma área de enriquecimento. A motivação económica estava no fundo de quanto empreendia. As memórias, posteriores, acerca da marinha interior e da agricultura do Pará, não foram apenas inventários burocráticos, espécie de relatórios endereçados à autoridade superior para o arquivamento rotineiro.⁽³⁾ Dirigidas ao Capitão-General, indicavam o estado presente, do mesmo modo por que sugeriam as providências a serem decretadas para que fossem superados os obstáculos constatados e assegurado o impulsionamento à lavoura das espécies locais e alienígenas, e uma activação das manufacturas navais.

(2) Desse contacto com o arquipélago, deixou uma «Notícia histórica da Ilha de Joannes ou Marajó». Inédito de 34 págs., na Biblioteca Nacional.

(3) Essas memórias receberam os seguintes títulos: «Memória sobre a Marinha interior do Estado do Grão-Pará», 1787; «Estado presente da Agricultura do Pará em 1784». Guardam-se ambas, em original, inéditas, na Biblioteca Nacional.

O gentio era o lavrador, como era o operário dos estabelecimentos manufactureiros, sob vigilância de funcionários do Estado, os Intendentes da Agricultura e Manufacturas, nem sempre activos ou interessados em que as coisas que estavam sob sua responsabilidade corressem como deviam. A técnica continuava a ser a mais primitiva. Do gentio aprendera-se muito. Introduzira-se pouco a técnica de fora, portuguesa. O meio silvestre, agressivo, não autorizava grandes esperanças aos que o compreendiam na sua evidenciação imediatista.

Para os olhos do dr. Alexandre, a paisagem física, como a paisagem social ensinavam, porém, muita coisa. O que dela pôde, por isso mesmo, prontamente colher, assegurou-lhe a consciência de que a Amazônia era realmente o futuro próximo do Reino no seu esforço de recuperação, de revitalização, de reaparelhamento frente às dificuldades de um futuro que não estava parecendo suave. Essa sua impressão, um tanto resultante dos primeiros meses de contacto com o meio, na sua fronteira com o Atlântico, portanto o meio amazônico não representado pela imensidade das águas e da floresta fechada, pois a impressão do gigantismo, do infinito, ele só a iria colher algum tempo depois, ele a exteriorizou em correspondência com Martinho de Melo. Dizia, então, ao protector — «A terra em si, Sr. Ex.^{mo} he hum paraizo; aqui mesmo são tantas as produçoens que eu não sei a que lado me volte; e se toda ella não está cultivada, roçada e plantada, donde procede isto!» E passando a considerações acerca das causas desse estado de coisas, explicou-as como fruto da falta de continuidade, de braços, e de exuberância da natureza tropical, na sua luta contra o homem que a queria vencer pela modificação de sua fisionomia agreste.

No «Diário da Viagem Filosofica», aliás, a todo instante sente-se a preocupação de registrar o movimento que marcava a permanência portuguesa na região, pelos vícios que verificava, pelos desacertos da situação dos governantes e de governados, pelos traços mais vivos ou mesmo expressivos do trabalho que se realizava, pelos mais variados aspectos da conjuntura política, social, económica e até religiosa que ia podendo surpreender nas suas andanças tão sensatas.

Nesse mesmo «Diário», aqui e ali, espontam as referências ao seu plano de uma obra de envergadura, que seria a «Historia Natural e Civil deste Estado», a «História Filosófica da Lusitania Equinocial», a «História Filosófica e Política deste paiz», em que a Amazônia seria proposta sob todos os ângulos, numa tentativa de registrar e compreender a façanha portuguesa para assumir o controle total da região, alterando-a como expressão de mera natureza para transformá-la em área de cultura — afirmação da vontade e da capacidade realizadora do europeu e de seus descendentes sulamericanos.

O dr. Alexandre viera à Amazônia, portanto, para estudá-la numa das indagações mais profundas de que há memória entre as empresas semelhantes realizadas pelas outras nações colonizadoras na mesma época. Já em trabalho anterior, procurei fixar a preocupação que ia pela Espanha imperial na mesma

fase, tentando saber detalhadamente a realidade de sua área colonial para as tarefas de dignificação da inteligência nacional e para os objectivos pragmáticos da acção económica. E recordei as expedições científicas que a percorreram, realizando um trabalho da mais alta valia. Nenhuma dessas expedições alcançou, todavia, a importância da que o dr. Alexandre dirigiu. Porque além de ter trabalhado num espaço muitas vezes maior que a de seus confrades espanhóis, cobriu uma cogitação também muito maior. Além do estudo da natureza, como ela se apresentasse, o exame da situação social, económica e política dos chamados estabelecimentos portugueses montados no extremo-norte com evidenciação da existência de um propósito oficial de conquista mansa e definitiva daquele mundo estranho.

A Amazônia era, então, a melhor resposta que os portugueses podiam dar aos que contestavam a possibilidade da existência permanente do europeu nos trópicos. Se ali bem perto, nas Guianas, os holandeses e os franceses experimentavam tremendas dificuldades para conseguir qualquer êxito, muitas vezes copiando servilmente a experiência que os portugueses vinham executando sob tanto sucesso, dificuldades que os levavam a confessar a sua quase incapacidade para a tarefa tropical, na parte portuguesa ocorria justamente a comprovação de que não havia obstáculos, já àquela altura, em que não se conheciam os recursos científicos hoje em uso para a adaptação dos homens do Velho Mundo aos espaços tropicais. Quando Gilberto Freire busca na lição do Oriente, da África e do Nordeste os motivos mais impressionantes para exaltar a obra colonial portuguesa sob esse aspecto de seu admirável comportamento no mundo tropical, indo mesmo à sustentação de que, com essa sua capacidade e poder de vitória sobre os trópicos, deram sêr a um conjunto de princípios e de normas de vida que podem ser o fundo do quadro de uma nova disciplina, a «tropicologia», evidentemente esqueceu um pouco a lição magnífica que podia ir buscar na Amazônia de setecentos e oitocentos. Porque ali havia uma admirável demonstração de vitalidade, comprobatória daquela realidade que o sociólogo encontrou em outras partes do império.

O dr. Alexandre, subindo e descendo rios, visitando acampamentos de colonos, aldeias de gentio, sítios de lavradores, estabelecimentos oficiais de manufacturas, núcleos urbanos, zonas de fronteira, pontos de pesca, teve oportunidade de acompanhar o processo em franco desenvolvimento daquela aclimação política promovida em grande estilo. Sentiu os embaraços. Teve uma consciência muito exacta de todos problemas. Percebeu os erros. Porque nem tudo estava certo. Havia fracassos. Ensinou, sugeriu, indicou modificações que lhe pareceram urgentes ou necessárias. Aplaudiu manifestações de capacidade realizadora. Condenou práticas. Fez considerações sobre esta e aquela atitude. Viu com olhos de ver. Inclusive no tocante à condição social da região, que não encontrou mais caracterizada apenas na multidão primitiva, nucleada pela vontade das autori-

dades ou no estilo natural em que viviam, mas representada por essa multidão primitiva e pelo mestiço, que aos poucos ia tomando o lugar daqueles para atingir, nos princípios do século XIX, uma posição especial, ponderante, de sentido e direcção política por excelência.

Os portugueses, pelo que foi apurado, e propôs ao examinar o caso do trecho entre a margem esquerda do Amazonas e a Guiana, disputado pelos franceses, tinham direito ao respeito universal pelo que vinham construindo (4). A Amazônia era a resultante de uma acção de direito e de facto que haviam promovido. Acção de direito, pelo descobrimento, pela conquista, pelas despesas feitas com as duas operações, pelo reconhecimento dos outros povos, os franceses, os espanhóis, os ingleses e holandeses, reconhecimento confessado nos tratados e outros diplomas com força internacional que firmavam a respeito da façanha. Acção de facto, pelo trabalho hercúleo de penetração e de ocupação, levado a termo sem desfalecimentos, contra as forças da natureza inclemente e do gentio e do estrangeiro que procuravam obstar a penetração e a permanência de Portugal. A obra que contemplava, nesse particular, parecia-lhe admirável. Justificaria o pronunciamento posterior de Joaquim Nabuco, quando exclamou, cheio de entusiasmo — «Nada nas conquistas de Portugal é mais extraordinário que a do Amazonas». A criação da base física constituia só ela uma eloquente demonstração de energia estuante.

Mas não se reduzia à criação da base física a demonstração portuguesa de vitalidade nos trópicos sulamericanos. Além dela, havia outras provas expressivas, que o dr. Alexandre teve ocasião de constatar e registrou no «Diário» e nas memórias que escreveu, seja as que visavam à identificação pura e simples da natureza física, seja as que visavam indicar os variados aspectos da paisagem etnográfica. Assim, enfrentando a água imensa e a floresta sem par, os portugueses se haviam atirado à exploração do que possuíam para o trato mercantil ou para a utilização imediata, na própria sustentação. A adaptação fora total. Porque os colonos, mesmo aqueles chegados mais recentemente das ilhas ou da Península, não se mostravam hostis à dieta local, aceitando-a rápida e intensamente.

A empresa económica baseara-se, inicialmente, nessa operação de colheita e de apropriação violenta da riqueza nativa. De tal maneira ocorrendo que a orientação oficial de incentivo ao prosseguimento da tarefa fôra, por fim, condicionada a um tratamento humano das espécies vegetais e animais. Decretara-se o respeito a elas, disciplinando-se legalmente as épocas de colheita, de pesca, proibindo-se técnicas destrutivas, formulando-se, destarte, uma orientação de

(4) A respeito, o dr. Alexandre escreveu: «Propriedade e posse das terras do Cabo do Norte pela Corôa de Portugal. 1792»; e «Propriedade e posse Portuguesa das terras cedidas aos Francezes. 1802». A primeira memória foi publicada na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tomo 3.º. Rio, 1841.

política esclarecida, fruto da experiência mas que, nem por isso, foi cumprida como se tivera em vista. Do mesmo modo por que se concediam prêmios, os mais variados, para que se produzisse mais e melhor, respeitando as exigências formuladas na nova orientação estatal, punia-se o transgressor que valia como exemplo mau, como elemento sabotador e por isso devia sofrer as sanções penais. Esse elemento, todavia, existiu sempre. Existiu sempre e com uma expressão numérica ponderável. Recorde-se, por exemplo, que para evitar o uso da bebida, que viciava e enfraquecia o gentio, proibira-se a fabricação de aguardente de cana. Esta, preferentemente, devia ser utilizada no fabrico de açúcar. Obedeceu-se ao disposto nas cartas régias e mais diplomas reguladores, mas abriu-se um caminho ao desrespeito à intenção moralizadora e sanitária da autoridade: passou-se a fabricar aguardente de pajurá e beijú de maniba.

A empresa económica, que tanto surpreendeu o dr. Alexandre, desde meados do século XVIII corporificava-se também pelo trato da terra, na agricultura das variedades mais rendosas locais e daqueles tipos que podiam ser trazidos do Oriente, da África, de outras áreas do Brasil e do próprio Reino. A transplantação de espécies vegetais estava sendo efectuada sob os maiores êxitos. E mais de uma vez fazendo-se que as acompanhasse o trabalhador qualificado, experiente da variedade para as primeiras tentativas no novo campo. Os empreendimentos de ecologia vegetal vinham, assim, sendo incentivados com um rendimento quase espectacular. Os portugueses adiantavam-se aos outros povos nessa esplêndida lição de técnica agrícola.⁽⁵⁾ Legumes europeus, frutas europeias, frutas do Oriente e do nordeste, como couves, repolhos, salsa, pepino, uvas, maçãs, peras, limão doce, ata, manga, jaca, tamarino, café, cana, constituíam uma contribuição para modificar a dieta e enriquecer a produção de base económica. Não tinha gorado a experiência. Ao contrário, o sucesso fora surpreendente. O café e a cana estavam começando a participar expressivamente dos quadros da produção e da exportação. O açúcar rivalizava com o do nordeste. O café, pelo sabor e pelo volume de sua exportação, principiava a ser protegido pelo Estado, depois das solicitações da colónia, para resguardá-lo em face da concorrência de outros produtores estrangeiros. Proibira-se a entrada do café que não fosse da Amazônia nos mercados do Reino. Daí por que, com a chegada do dr. Alexandre, a boa vontade do Capitão-General João Pereira Caldas e os entusiasmos do brigadeiro Lobo d'Almada, fazia-se nova experiência — linho, cânhamo e anil —, experiência a que o dr. Alexandre se entregou com um ânimo que rivalizava com o daquele brigadeiro, exemplo de dignidade funcional e de saber posto a serviço da pátria.

Percorrendo o rio Negro, o dr. Alexandre comoveu-se com o trabalho dos colonos, que eram os mestiços, os índios e os brancos vindos das ilhas ou da

⁽⁵⁾ A respeito dessa experiência, cf. o que escrevemos em «A Política de Portugal no vale Amazônico» e em «Portuguêses e Brasileiros na Guiana Francesa». A mesma orientação seguiu Portugal com relação ao Nordeste.

Península. A comoção pelo esforço que realizavam em meio a tremendas adversidades. Os directores dos povoados eram na generalidade péssimos. Deviam aconselhar e orientar. Não aconselhavam nem orientavam. Os intendentes não logravam sucesso, pelo não cumprimento de suas advertências. O índio, burro de carga de tudo quanto se fazia, colheita, pesca e trabalho agrícola, além dos serviços domésticos, parecia-lhe vadio, quando na verdade podia-se compreender essa sua atitude como uma reacção mansa à exploração de que se via vítima. O dr. Alexandre, que scube colher com tanto carinho as notícias etnográficas dos grupos que encontrou, deixando-nos uma fonte preciosa para o conhecimento das culturas daqueles primitivos, não tivera, é evidente, a mesma sensibilidade para aperceber-se da motivação do procedimento. E a madraçaria parecera-lhe um dos fundamentos de certos atrasos do meio socio-económico.

Considerando o esforço dispendido para amansar a terra, nela introduzindo novas condições existenciais, o naturalista-sociólogo anotou, como já dissemos, os erros e os fracassos. E alinou as razões do que entendera realisticamente, cruamente, como sendo a explicação dos aspectos negativos da empresa de conquista e de domínio — indolência do nativo, hostilidade do gentio selvagem, falta de braços para todas as tarefas, preocupação permanente de colheita das espécies nativas ao invés de trabalho agrícola, ignorância de métodos adiantados, pro-sápia do colono europeu, que desdenhava de certas actividades por considerá-las deprimentes ou apropriadas aos escravos e trabalhadores nativos. A exploração pura e simples dos produtos extraídos da floresta, compondo um estilo de vida local, devia quanto antes ser ultrapassado para a etapa agrária. Os ensaios, nesse particular, insistamos, surpreendentes, de rendimento total, não falavam, porém, com a mesma eloquência, à natureza imediatista dos colonos. Escrevia o dr. Alexandre: «... as drogas do sertão são para o Estado do Pará, o mesmo que as minas têm sido para Portugal.» ... «em hum Estado tão vasto, como este é, e onde toda a gente, que ha, bem se pode considerar como a unica familia de Noé, no meio do mundo postdiluviano; em um Estado que nem tem os indios precisos para plantarem o sustento dele: neste Estado, digo eu, a riqueza, ou pobreza das povoações pende da riqueza ou pobreza do mato».

A uma notícia de que este ou aquele produto estava obtendo cotação alta no mercado europeu, prontamente todos se atiravam à colheita do género, abandonando os demais quefazeres, inclusive aqueles do amanhã da terra. E nem directores de povoados, religiosos encarregados da moralização dos costumes, da disciplinação espiritual, nem os funcionários menos graduados, os membros das edilidades, escapavam à vertigem do lucro. Havia como que uma loucura colectiva que perturbava a realização ordenada de uma vida liberta de sobressaltos e de aventuras nem sempre isentas de perigos. E esse comportamento era danoso, porque não permitia a estabilidade social e a estabilidade económica.

A Amazônia que o dr. Alexandre viu, evidentemente página intensa da euro-

peização do mundo, iniciada pelos portugueses e ali prosseguida por eles, vivia a maior experiência tropical de que se podiam legitimamente orgulhar os lusíadas de setecentos e oitocentos. Em meio às tremendas dificuldades que a natureza em estado de ser apresentava, os portugueses seus descendentes davam origem a uma sociedade nova, de cultura decorrente da mestiçagem e das forças telúricas que são, no extremo norte, de um vigor impressionante. Sociedade, marcada pelas virtudes e pelos defeitos próprios de toda a sociedade em formação. A instabilidade, a versatilidade do exercício de empresa económica eram naturais. Com o relevo particular de que teimava em permanecer, a despeito de quanto o meio agressivo lhe opunha na resistência para impedi-la de existir e de vencer. Os defeitos, os erros que o naturalista-sociólogo encontrou e procurou corrigir nos conselhos, advertências, lições que ensinou, não constituíam, todavia, alguma coisa que autorizasse descrença no futuro da região. Ao regressar a Portugal, onde o aguardavam tantos dissabores e desventuras, deixando as terras e as águas da natureza mais opulenta do planeta e onde experimentara, como um século mais tarde Euclides da Cunha, as sensações do encontro, do contacto íntimo com aquele espaço físico-social em período de formação, não levava a determinação de negá-lo. Ao contrário, não se desencantara. Voltava consciente de que o fundamental era a preparação do homem, educado para a gigantesca empresa. Tal como tentamos fazer quando recebemos a incumbência de planejar-lhe a valorização económica e compreendemos que o ponto de partida estava na recuperação do homem, a ser assistido para as novas técnicas e enrijado pela saúde assegurada. Quanto ao que valia a natureza, estava certo de que o tempo gasto na sua identificação fora rendoso. Mas estava longe de permitir o conhecimento pormenorizado. A façanha não cabia nas possibilidades de um ou mesmo de uma equipe como a sua. Exigia anos e anos e pessoal habilitado. Tal como, um século depois, diria Emilio Goeldi, seu primeiro grande intérprete, ao confessar que o estudo da floresta amazônica era tarefa para gerações.

A Amazônia que o dr. Alexandre Rodrigues Ferreira viu estava ainda em ser. Era um mundo em começo de exploração. O homem enfrentava-a desarmado. Os sucessos que podia alcançar não tinham senão um relevo passageiro, conquanto representassem um propósito de permanência. O naturalista compreendera. E no «Diário da Viagem Filosófica» e nas outras memórias que lhe devemos, soube propô-la com segurança. Sem exaltações ufanistas. Sem negações impiedosas. A Amazônia, incorporada ao mundo português, valia aqueles momentos da sua passagem ou, se quiserem, da sua permanência; era já o fruto duma tarefa gigantesca dum povo que se distinguiu dos demais da Europa na esplêndida empresa de dominar os trópicos.

SUMMARY

THE AMAZONIA AS SEEN BY DR. ALEXANDRE RODRIGUES FERREIRA

Artur César Ferreira Reis, professor of the Universidade Pontifícia do Rio de Janeiro and of the Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, contributes to this issue with an article in which Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira's voyage to the Amazonia carried out in 1783 is dealt with in its major aspects.

Indeed Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira, a Portuguese naturalist, gave a considerable impetus to the studies of most of the botanical species of the Amazonia preaching with the example through his work in the field.

He was one of a big group of men, Portuguese by blood who did their most to know all about Amazonia its peculiarities and its potentialities.

Artur César Ferreira Reis evokes the history of Brazil in those days of struggle to regain the time lost in Portugal's fight for freedom from Spain.

Martinho de Melo e Castro, Minister of the Portuguese Queen Maria I, ordered a survey of all the resources of the overseas territories of Portugal. Amazonia benefited from the fact that it was studied by a true man of science: Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira. Other illustrious men of science were entrusted with the work in the various provinces of the then Portuguese province of Brazil.

Botanist, zoologist, geologist, geographer ethnologist and antropologist, Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira proved himself equal to the tremendous task entrusted to him of reporting on all these fields to scientific bodies in Portugal.


Portugal had to know all about Amazonia, what could be expected from it what could be obtained through a wise policy of investments. Dr. Alexander's mission was to inquire into the policy which decades later another clever man Lieutenant Francisco Ricardo Zany would repeat on a government mission but without the cultural resources and the extent and depth of Dr. Alexander's work.

Dr. Alexander thought highly of the Amazonia as a land blessed by nature. This he reports to Martinho de Melo e Castro and writes about in his work «Diário da Viagem Filosófica».

Artur César Ferreira Reis says that Dr. Alexandre came to the Amazonia to study it in a research work more profound than any other of the same kind carried out by other colonizing nations in his days.

Dr. Alexandre describing what he saw showed to the world that the Portuguese i. e. the Europeans could answer the challenge of an existence under the tropics and could achieve an economic work worth considering.





EMPRESA TIPOGRAFICA CASA PORTUGUESA SUCESSORES, LIMITADA
RUA DAS GAVEAS, 109—TELEF. 27817-26108—LISBOA



AVISO

A disponibilização (gratuita) deste acervo, tem por objetivo preservar a memória e difundir a cultura do Estado do Amazonas. O uso destes documentos é apenas para uso privado (pessoal), sendo vetada a sua venda, reprodução ou cópia não autorizada. (Lei de Direitos Autorais - [Lei nº 9.610/98](#)). Lembramos, que este material pertence aos acervos das bibliotecas que compõem a rede de bibliotecas públicas do Estado do Amazonas.

EMAIL: ACERVODIGITALSEC@GMAIL.COM



Secretaria de
Estado de Cultura



CENTRO CULTURAL DOS
POVOS DA AMAZÔNIA